



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A democracia como um trabalho sujo: Notas sobre o lugar do corpo no fazer democrático

AN Original

A democracia é um trabalho. A pergunta pela democracia e pelo fazer democrático tem emergido com força em minha experiência como docente na educação de trabalhadores. Sou professora em um Instituto Federal de(...)

Por Etiane Araldi



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

Marginalization of Afro-Brazilian Culture: An Uninterrupted Brazilian Project

AN Original

More than 90 years ago the Revistas de Antropofagia (1928-29) began to be published, the project conceived by the heirs of São Paulo's ruling class was a frivolous attempt to unify what they considered Brazilian(...)

By Paola Azevedo Jochimsen



en Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatriarchy

A shift to the right? Some reflections on the presidential elections in Portugal and its seven candidates

AN Original

Despite the pandemic and the huge pressure on the health system, Marcelo Rebelo de Sousa won the January 24 elections in the first round, as expected. He obtained more than 2.5 million or 60.7% of the votes, thus(...)

By Jonas Van Vossole



pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Heteropatriarcado

Para Além da representatividade: as mulheres no espaço político em Portugal

AN Original

De acordo com dados publicados pelo Eurostat, a proporção de mulheres no Governo e no parlamento português supera os 36%, o que coloca Portugal acima da média da União Europeia. A chamada Lei da Paridade, adotada(...)

Por Marcela Uchôa



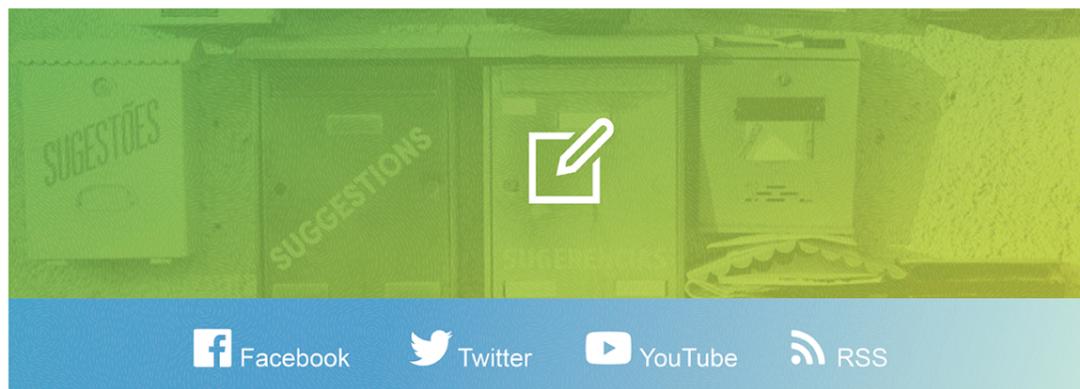
pt Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Cabo Delgado: contra o desperdício das experiências

AN Original

A cada dia que passa as notícias sobre a guerra em Cabo Delgado multiplicam-se. Também aparecem cada vez mais artigos de especialistas em relações internacionais, sociólogos, politólogos, historiadorxs a(...)

Por Teresa Cunha



Facebook Twitter YouTube RSS

A democracia como um trabalho sujo: Notas sobre o lugar do corpo no fazer democrático

AN Original

2021-02-17

Por Etiane Araldi



A democracia é um trabalho

A pergunta pela democracia e pelo fazer democrático tem emergido com força em minha experiência como docente na educação de trabalhadores. Sou professora em um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, instituição pública responsável por operar a política brasileira de educação profissional e tecnológica, que tem como princípio a formação para o trabalho em uma perspectiva crítica ao capitalismo e orientada para a promoção da justiça social. Ensinar o trabalho e a gestão sob esses princípios coloca como imperativa a tarefa de educar para a democracia, tanto em nível macropolítico, na perspectiva de uma formação cidadã que compreenda as relações entre Estado e sociedade do ponto de vista da participação social, como em nível micropolítico, das relações de poder e dos coletivos nos ambientes de trabalho.

Tal demanda levou-me a criar, em alguns cursos da área de gestão, a disciplina “Ferramentas para Gestão Participativa”. Quando me propus a ensinar sobre gestão democrática com um enfoque metodológico, a partir de *ferramentas*, eu não tinha ideia da potencialidade que seria explorar esse âmbito operacional do fazer democrático. Estruturei a disciplina em torno de alguns conceitos chave sobre participação e, sobretudo, em metodologias de facilitação de grupos, ferramentas de diálogo, do ponto de vista da educação popular. Os(as) estudantes realizam, ainda, observações dos grupos sociais de que participam - analisando os graus de participação presentes nesses coletivos - e, ao final do percurso, propõem intervenções práticas que visam ampliar a participação e a democratização desses espaços. Trata-se de um curso de 21 horas e os resultados têm sido surpreendentes, tanto na experiência de docente e estudantes, como para esses grupos/instituições que compõem seu entorno e têm sido afetados pelas metodologias participativas aprendidas nas aulas.

Tenho explicado essa faceta revolucionária de um dispositivo de ensino aparentemente simples como um educar a partir da carne e do chão. Na educação de trabalhadores(as), coloca-se fortemente o desafio de gerar pensamento reflexivo para além do “chão de fábrica”. Nossos referenciais desse campo preconizam que é preciso se deslocar das práticas de treinamento dos(as) trabalhadores(as) em habilidades específicas, para construir processos formativos que abarquem o conhecimento dos

fundamentos das técnicas. Nesses discursos, é como se, para superar a dicotomia intelectual-manual do trabalho, fosse preciso direcionar o investimento para esse âmbito intelectual, crítico e reflexivo.

Por outro lado, minha preocupação, como professora do campo das ciências humanas que atua na formação de trabalhadores técnicos, tem sido como deslocar a crítica de um ato meramente reflexivo. A crítica sem dispositivos de intervenção, espectadora, como as práticas educacionais que são geradas no interior de dispositivos escolares marcados por tecnologias representacionais, em espaços fechados ao seu exterior. Em meio à lógica “descorporificada” das instituições acadêmicas, como seria possível propiciar aos(as) estudantes ferramentas para aprenderem a se vincular e intervir em suas diferentes realidades sociais? Não será com distanciamento reflexivo, contemplação, que eles(as) ampliarão sua capacidade de ação com os diferentes mundos que habitam e fabricam. Será, como sugere [Paulo Freire](#), com a articulação de corpos e territórios como mediadores desse espaço educacional: “será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política”.

Relacionamos essas pistas de Freire com as proposições feministas de se pensar o conhecer e o conhecimento de maneira situada. Donna Haraway, em suas problematizações acerca da ciência para o feminismo, propõe uma redefinição do conceito de objetividade que considere a localização e a corporificação como ontológicos em qualquer ação de produção de conhecimento:

Estou argumentando a favor de políticas e epistemologias de alocação, posicionamento e situação nas quais parcialidade e não universalidade é a condição de ser ouvido nas propostas a fazer de conhecimento racional. São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. Só o truque de deus é proibido.

Seguindo essa pista feminista de deslocar os saberes científicos das “visões de cima” ou “visões de deus”, tenho tentado pensar a educação de trabalhadores(as) sem me abstrair da carne e do chão, promovendo a reflexão a partir dos trabalhos de execução. Pensar a democracia desde esse lugar, de sua execução, possibilita perceber, por exemplo, que o fazer democrático exige a construção de mundos comuns. Afirmar a democracia como trabalho significa isto mesmo: o mundo comum não está dado e será preciso trabalhar para construí-lo. Ou seja, construir processos, dispositivos, caminhos metodológicos para a sua produção.

O fazer democrático é um trabalho de cuidado

Afirmar a democracia como trabalho convoca-nos a pensar sobre qual seria a natureza deste trabalho e por que ele seria, como propus no título deste ensaio, um *trabalho sujo*. Esta proposição se ampara, sobretudo, no pensamento feminista e suas críticas sobre as características necessárias aos sujeitos da ação política.

Segundo [Amana Mattos](#), a teoria liberal produz também uma teoria do sujeito, a qual pressupõe uma série de características que seriam necessárias aos indivíduos considerados aptos à participação política e à vida em sociedade. A autora afirma que esse sujeito “caracteriza-se por sua coerência, sua racionalidade, sua capacidade de argumentação” e, ainda, que “o sujeito do liberalismo é, via de regra, o sujeito racional, autocentrado, capaz de reflexão e bom senso”.

Tais valores são afirmados em um momento histórico em que apenas os homens, e determinados homens, tinham acesso à esfera pública. Assim, todos aqueles e aquelas que, por uma produção dessa mesma sociedade que se pretende liberal, estão em condição de servidão, dependência, ou que vivem uma vida não orientada pelas capacidades de abstração e argumentação lógica, deverão adequar-se a esse padrão de interação social e política. Do contrário, permanecerão sem voz nos jogos de saber e poder que sustentam a representação oficial da sociedade.

Diferentes [autoras feministas](#) têm feito contrapontos a essa forma abstrata e universalista de se pensar a política, visibilizando como essa concepção de sujeito liberal depende da sustentação de um trabalho de cuidado que tem sido realizado predominantemente pelas mulheres. Buscam, ainda, reconhecer os saberes produzidos a partir desse trabalho: uma racionalidade contextual, situada, que não prescinde das relações de interdependência, a qual poderia fundar bases muito mais interessantes para as sociedades e as democracias. Como afirmam [Teresa Cunha e Luísa Valle](#), o reconhecimento dos saberes relacionados à reprodução permitiriam às sociedades assumirem que “a vida é indivisível e que a responsabilidade por ela tem que ser coletivamente compartilhada”.

Desse modo, seguindo essas perspectivas feministas, a distribuição do trabalho de cuidado na sociedade, a partilha de responsabilidades, seriam elementos essenciais na produção das democracias. Esse caminho permite ainda reconhecer que a própria produção de democratização em grupos e instituições é permeada por um processo de cuidado: cuidar das metodologias, incluir as dimensões sensíveis que são necessárias à produção de mundos comuns, entre outros aspectos.

Nesse sentido, pensar o fazer democrático como um trabalho sujo significaria: 1) reconhecer a potencialidade da racionalidade situada que se produz nos trabalhos de cuidado para a produção de modos de vida e relações democráticas; 2) admitir que, no *fazer democrático*, estão implicadas essas dimensões que tendemos a desvalorizar: o corpo, o chão, o trabalho real. Eis algumas pistas para se pensar uma democracia em ação, impura e contraditória, a democracia que podemos fazer.

Marginalization of Afro-Brazilian Culture: An Uninterrupted Brazilian Project

AN Original

2021-02-07

By Paola Azevedo Jochimsen

More than 90 years ago the Revistas de Antropofagia (1928-29) began to be published, the project conceived by the heirs of São Paulo's ruling class was a frivolous attempt to unify what they considered Brazilian national culture. The end result was the explicit omission of Afro-Brazilian culture.



Fonte: <https://vermelho.org.br/>

The heirs of the great Brazilian coffee growers, once the former owners of slaves, decided to create from the Indian stereotypes a "legitimate" anthropophagic ritual. Hans Staden's book served as an inspiring source. Europe was once again the reference, while in São Paulo newspapers and magazines boiled over for the black public, even if on a small scale they were in no way taken into account in this process of cultural construction.

Brazil at that time was not prepared to face the open-minded prejudice against anything that would remit the culture inherited from the ex-slaves. The past should be forgotten or even incinerated as quickly as the documents proving a slavery past. No evidence, no crime. The manifestations of popular culture that had their origin marked by the Afro-Brazilian aesthetic were persecuted by the police and marginalized by society since its emergence. Samba, capoeira, and African religions are striking examples of this cruel exclusion. They were punished according to the resolutions of the articles of the current penal code.

The Constitution of 1891 guaranteed in its Section II, Art. 72 the inviolability of law and equality, as well as the right of all individuals to publicly practice their religious worship and confessions. Such religious freedom contradicted the Penal Code promulgated the previous year. African religions were persecuted and punished because they were associated with the illegal exercise of medicine, witch doctoring and the exploitation of public credulity. These factors were compounded by the fact that there was a fear

among the general population associating Afro-Brazilian cults with demonic forces, condemned by most of the Christian faith. The changes within a century were hardly visible.

In recreating the picture in which the Movimento Antropofágico (Anthropophagic Movement) was shaped, the omission of Afro-Brazilians in this Brazilian cultural period is evident. A recent abolition, together with the prohibition of cultural manifestations coming from the senzalas, the absence of policies for the insertion of former slaves, the fall of an outdated monarchy, the rise of a republic formed through a military coup, and the continuity of the dominant slave thought, dictated the rules that followed in later years.

While the European avant-garde movements sought a break from the arts in African primitivism, Brazilian anthropophagous wanted to ingest European culture and turn it into something national instead of looking at the already existing culture spontaneously molded within the nation still in formation. It is obvious that a number of factors marginalized the culture inherited from the former slaves and made them undesirable elements.

Boaventura de Sousa Santos presents us in his sociology of absences that the "nonexistent" was created to remain invisible, this would happen due to unjust social relations. This absence is conscious because it allows for the naturalization of inequality between individuals considered qualified and unqualified.

From a post-colonial reading of the Movimento Antropofágico and its magazines we realize that they were created by a dominant class to meet the whims of the beneficiaries of this same class. There was no real interest in cultural inclusion. On one side we have a deeply racist, prejudiced and segregationist society, on the other side a movement that sought to create a Brazilian national culture and properly supported by the ideals of those who assumed economic hegemony.

It was practically impossible that the descendants of slave owners would have the fascination of swallowing Afro-Brazilian culture and transforming it into one of the bases of national culture. The best would be to ignore it or make it non-existent as it had been for centuries. Inequality was something natural.

On the one side a deeply racist, prejudiced and segregationist society, on the other an idealized movement that sought to create a Brazilian national culture duly supported by the ideals of those who assumed economic hegemony. There is nothing bold about a movement built on absences.

A society that was openly exclusionary, that did not recognize all its citizens as an integral part of the country, a constitution that functioned only in theory, a large majority of Afro-Brazilian women and men who had no opportunity for work, respected rights or future prospects were prevented from participating in this process of cultural formation. When we return to the past we realize how much it is reflected in the current Brazilian society and how much still has to be done to extirpate such deep roots.



Paola Azevedo Jochimsen Specialist in Latin American post-colonial literature, Master of Arts in Literature from the University of Freiburg. Graduated in Literature (Portuguese and French) from State University of Ceará), French language and Brazilian literature teacher.



EPISTEMOLOGIAS DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

A shift to the right? Some reflections on the presidential elections in Portugal and its seven candidates

AN Original

2021-02-05

By Jonas Van Vossolle

Despite the pandemic and the huge pressure on the health system, Marcelo Rebelo de Sousa won the January 24 elections in the first round, as expected. He obtained more than 2.5 million or 60.7% of the votes, thus increasing his vote in relation to 2016. Marcelo had the declared support of the two right-wing traditional parties and the undeclared support of the socialist party. He was thus the consensual candidate of all parties in the “arc of governance”. He ran a completely personalised, non-partisan campaign focused on continuity.

Also, as expected, abstention rose to 60.5%. The trend of high and increasing abstention shows a general lack of legitimacy of the political system. However, in this case, abstention also increased by three other factors; the automatic inclusion of over one million voters abroad, the pandemic, which prevented a considerable part of the voters from participating in these elections, and the fact that this was a re-election with an almost certain result.

For the first time the extreme right, in the person of André Ventura, achieved a considerable result in presidential elections. Ventura focused his campaign on a crusade against “socialism”, “corruption”, “subsidy-dependents” and the Roma community. On January 24th he won almost half a million votes or 11.9%. Ventura and his *Chega*-party grew exponentially, following the 2019 legislative elections, when the extreme right had first entered parliament. Ventura used the campaign to create and strengthen the party at the national level, and to assert himself as political leadership of the radical right. Even so, Ventura failed to achieve all his own proposed (unrealistic) goals: to force Marcelo to a second round, being the second most voted candidate and to have more votes than all the candidates on the left combined.

Ventura fell short 1% to beat Ana Gomes. Without support from her own party (PS), Ana Gomes was still able to assert herself as the centre of opposition, not only against Marcelo, but also against the extreme right which she declared as her main enemy. Gomes - as well as the other candidates on the left - focused on the anti-social elements of the *Chega* programme such as the privatisation of the National Health Service and of education. Her campaign was also closely associated with the fight against anti-Roma racism - a fight that encouraged a large participation of people from the Roma community in her campaign and in the campaign against Ventura in general.

João Ferreira, of the Portuguese Communist Party, practically maintained the same number of votes as PCP candidate Edgar Silva in 2016. At the time, Silva’s campaign had been considered a disaster: it was the worst result ever for the PCP. Only in percentages, due to the greater abstention, Ferreira rose slightly compared to 2016. The PCP campaign had just one theme: defending the constitution - including the social rights it guaranteed. The mere defence of the constitution - however progressive it may be - is however hardly a strategy of alternatives. In the context of the pandemic, it lacked the potential to aggregate strata that have lost confidence in politics or those that revolt against the system. Tino de Rans, who as an independent, also tried to represent the same “ordinary working-class people”, also failed to capture the protest vote. With only 2,9%, he lost votes in comparison with 2016.

The biggest loser was the candidacy of the Left Bloc. Marisa Matias only had 3.95% of the votes, compared with 10.5% in 2016. Although Matias brought several important issues to the electoral campaign - including precariousness, requisition of private healthcare in the context of the pandemic, and her own personal campaign - especially because of health problems - fell far short of the 2016 result. This campaign was marked by direct confrontation with Ventura in the television debates. Various debates were marked by cheap insults, and Ventura - as a trained demagogue - emerged victorious. Ventura’s macho insults regarding Matias’ “red lipstick” in the debates, led to a wave of symbolic solidarity on social networks, recovered by the campaign under the slogan “red in Belem”. This certainly put Marisa and Ventura at the centre of the attention - but also took the focus off the rest of the campaign content.

Some on the left claimed that Matias’ defeat was due to the “irresponsible” opposition of the Left Bloc regarding the last state budget. A left opposition is important, however, to have some left alternative to

Marcelo Rebelo de Sousa

Eleito



60,70% 2.534.734 Votos

Ana Gomes



12,97% 541.555 Votos

André Ventura



11,90% 496.770 Votos

João Ferreira



4,32% 180.516 Votos

Marisa Matias



3,95% 164.739 Votos

Tiago Mayan Gonçalves



3,22% 134.484 Votos

Vitorino Silva



2,94% 122.774 Votos

the crisis. This was confirmed by the polls. It is important to differentiate the rather personalized presidential elections from the more party-focussed legislative elections. In the legislative opinion polls – which showed no fundamental changes regarding the vote-intentions on the left side of the political spectrum if compared with the elections last year - BE kept stable around 7 to 8% of the votes; more than double Marisa's result.

The weak result of the presidential candidates on the left is partially explained by the concentration of their votes on the “lesser evil” figure of Ana Gomes; thus guaranteeing that a progressive candidate - nonetheless being a diplomat and Member of the European Parliament for the PS, closely linked to “the system” - had more votes than the extreme right. Another explanation is that Marcelo Rebelo de Sousa is seen, also among the traditional electorate of the left, as a warrant of continuity and stability in the midst of a pandemic. The majority support of the left electorate for the main candidates of the system, is a consequence of the left's inability to present a clear and credible alternative in relation to the management of the pandemic.

Although Marcelo was the centre-right candidate, he is associated with the PS-led government that many still consider “left-wing”. This is what legitimised many people from the traditional left-wing electorate to vote for Marcelo. Polls showed that most of Marcelo's votes came from the left. It also explains the discontent of part of the PSD and CDS-base who decided to vote for Ventura – and to a lesser extent Mayan, the candidate of the new liberal party *Iniciativa Liberal* who got 3.22%.

The lack of anti-systemic opposition from the parliamentary left is also one of the factors behind the success of the extreme right. Until 2015, BE and PCP managed to raise social discontent and opposition to the regime based on progressive proposals. Upon entering into the governmental solution of

Geringonça, however, they began to be “responsible” and to be part of the system, without presenting themselves as a fundamental alternative to neoliberalism and the consequences of peripheral capitalism: namely the problems of social inequality, a state of weak well-being and under attack, precarious work, massive emigration, low wages, dependence on the single currency, etc...

This factor is obviously amplified by the structural pre-existence of racism – not only towards its black population, but particularly towards Roma, - and sexism present in the daily life of Portuguese society. It is enough to remember the continuous valorisation of the colonial past, the common practice of using “frogs” in commerce to keep gypsies away or the macho character of Portuguese justice since the “coutada do ibérico macho”. Until now, no political force had made an effective attempt to echo, strengthen and take advantage of this electorally. Ventura changed this and was highly effective in occupying this void.

A third factor is the crisis of the “democratic” right. Since the PS “dominated” the parties on its left for a more or less “good and responsible management”; that is, complying with international (neoliberal) agreements and rules on financial management, debt, and the protection of private initiative; the centre right had little room for criticism. The flight of their votes to the extreme right, and to a lesser extent to IL, has caused panic in the PSD and especially in the CDS. The right has reacted by trying to get closer to *Chega* - namely in the Azores government agreement - thus legitimizing the extreme right programme and discourse.

During the past few months, a new anti-fascist movement has emerged in Portugal, which, despite the pandemic, has managed to mobilise young people against the rise of Ventura. Hundreds of anti-fascists mobilized against the September *Chega* congress in Evora. More recently, during the election campaign, virtually all of Ventura’s public rallies were the target of small spontaneous protests. The biggest mobilization took place in Coimbra, where anti-fascist groups, in just over two hours and in the middle of a pandemic, managed to mobilize almost 200 young people; effectively silencing and making Ventura’s speech impossible in front of a mere 30 supporters. This achievement inspired a new protest - attended mainly by people from black and Roma communities - in Setúbal two days later. From then on, Ventura’s campaign decided not to organise more public rallies. He accused - falsely - that the sabotage of his campaign was being orchestrated by the Left Bloc for electoral reasons. In another interview, he complained that anti-fascist actions made it impossible to have direct contact with the population.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Para Além da representatividade: as mulheres no espaço político em Portugal

AN Original

2021-02-02

Por Marcela Uchôa

De acordo com dados publicados pelo [Eurostat](#), a proporção de mulheres no Governo e no parlamento português supera os 36%, o que coloca Portugal acima da média da União Europeia. A chamada Lei da Paridade, adotada por 23 países da UE, inclusive por Portugal ([Lei Orgânica nº 3/2006, de 21 de agosto](#), instaurada no ciclo eleitoral de 2009), constituiu um grande passo relativamente à promoção da igualdade de género na política, tendo contribuído para o crescimento do número de mulheres na vida pública. Contudo, é importante dizer que as diversas lutas que fizeram com que o país tenha vindo a conquistar um lugar de destaque na luta por igualdade de género, seja em cargos de representatividade política, ou mesmo em concursos e cargos públicos como um todo, não se refletem num real respeito a voz e a representatividade das mulheres nesses espaços. Assédio moral, assédio sexual, silenciamentos, risos, deboche – são apenas alguns exemplos das várias formas de violências impetradas àquelas que ousam ocupar lugares que historicamente se constituíram paternalistas e patriarcais.



Fonte: Arquivo pessoal – marcha 8 de março de 2017

Essas, dentre outras posturas, refletem que o machismo estrutural que perpassa as nossas relações sociais e de poder precisa ser travado. Para tanto, é preciso irmos além do debate sobre representatividade, que ainda que reconheçamos que tenha possibilitado um crescimento significativo na inserção de mulheres em cargos de destaque na esfera pública e política, tem contribuído pouco, ou muito pouco para uma emancipação verdadeira, o que se reflete nos quadros estatísticos de violência, seja no espaço de trabalho, seja na vida doméstica.

O debate certamente é longo e polémico, mas precisa ser feito de forma incansável; o chamado “feminismo liberal” tem sido um contribuidor importante nesse processo de esvaziamento das verdadeiras lutas políticas do feminismo. É preciso encararmos de maneira frontal que a representatividade feminina na esfera pública portuguesa ainda dialoga pouco com as mulheres que verdadeiramente deveriam representar. Nesse sentido, as inúmeras formas de violências as quais continuamos subjugadas só são possíveis porque esse modelo de feminismo capitalista continua a fazer de nós marionetes da grande engrenagem do sistema. Enquanto a imagem de mulheres bem-sucedidas e empoderadas forem vendidas como mercadorias, e as estruturas de poder e opressão permanecerem inalteradas, mantém-se um ciclo contínuo do capital que na prática não é capaz de promover uma real rutura.

Para [Angela Davis](#) esses fenómenos explicam porque existe certa resistência de ativistas que fazem parte de coletivos de mulheres negras, ciganas e também por mulheres brancas da classe trabalhadora pauperizada em se identificarem com esse modelo de feminismo. Um feminismo excessivamente branco, burguês e de classe média, que diz representar, mas na prática continua a servir a engrenagem individualista do capitalismo, expulsando mulheres que representam minorias étnicas e sociais que vivem, sobrevivem e contestam essas estruturas. Se os relatos de violência de género para mulheres que ocupam lugares de destaque é alto, os números para àquelas que são socialmente e economicamente invisibilizadas é ainda mais agravante. Nesse sentido, é preciso ampliarmos a luta pela conquista de espaços de construção coletiva, e reencontrarmos espaços comuns de solidariedade efetiva que possibilite um feminismo para os 99% e não apenas para instrumentalização do mercado. Um feminismo que se empenhe em construir lideranças políticas comprometidas com a conscientização da mulher trabalhadora, pois sabe que só com uma reorganização total da sociedade que beneficie de facto a maioria da população é possível romper com esse sistema de opressão. As mulheres estão na linha de frente dos efeitos devastadores da austeridade, da exploração laboral, no entanto a atual agenda na busca por maior representatividade, seja no quadro de grandes empresas, seja na esfera política não tem sido capaz de travar as inúmeras opressões.

É nesse sentido que a feminista [Marta Gonzáles](#) questiona se é possível falar de uma nova política... Existem atitudes e valores na política próprios de mulheres? Ou estas para serem respeitadas têm de adquirir características que representam o paternalismo e a masculinidade? Essas questões na medida em que revelam as inúmeras nuances que perpassam o debate político explicitam desafios, estruturas a serem destruídas e em última instância o desafio da construção de espaços políticos constituídos por mulheres reais, inclusive para que tenham o direito de exercer (se assim quiserem) a maternidade livremente, sem que seja um impeditivo no exercício da sua atividade política.

Para [Maria Helena Santos](#), é preciso reconhecer os avanços, mas não é possível negar que a política continua a ser estruturada pela divisão sexual do trabalho e esse crescimento de representação feminina em cargos de representação, ainda não é acompanhada por uma verdadeira partilha do poder entre os homens e as mulheres políticos/as. Nesse sentido, na política, as mulheres continuam a ser uma minoria, sobretudo, porque são os homens que continuam a dominar esse espaço e elas continuam a ter de lutar para garantir legitimidade ao seu lugar. Ainda há um longo caminho pela frente para que sejam geradas mudanças em termos de uma representação mais substantiva no contexto do poder e da tomada de decisão.

Marcela Uchôa é investigadora do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra (IEF); doutora em filosofia política pela Universidade de Coimbra; é colaboradora do jornal português Público, e no Brasil da Carta Maior.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Vila de Sofia
Instituída no Livro do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Cabo Delgado: contra o desperdício das experiências

AN Original - Alice Comenta

2021-01-15

Por Teresa Cunha

Este artigo faz parte da série Alice Comenta, da autoria da equipa do Programa de Investigação alice-Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

A cada dia que passa as notícias sobre a guerra em Cabo Delgado multiplicam-se. Também aparecem cada vez mais artigos de especialistas em relações internacionais, sociólogos, politólogos, historiadores a escrever e a apresentar análises e teorias sobre o que se está a passar na província moçambicana do norte que faz fronteira com a República da Tanzânia. Entre as várias hipóteses de explicação que vão sendo avançadas destacam-se duas grandes tendências de pensamento.



Um ataque terrorista à soberania de Moçambique ou os males vêm de fora

Uma das principais teorias baseia-se no pressuposto de que se trata predominantemente de uma agressão externa. A violência armada é o resultado da acção de terroristas islâmicos treinados, apoiados e financiados por organizações islâmicas internacionais com bases em países da região. A radicalização dos jovens de Cabo Delgado, segundo quem vê nesta, a principal razão para a emergência desta guerra, tem que ver com a presença e a influência de estrangeiros que paulatinamente foram entrando no país e que começaram a espalhar a ideia de que o islamismo praticado em Moçambique estava corrompido, que os infiéis precisam de ser punidos pelos males que trouxeram à província e que tudo isso precisava de ser purificado através de uma jihad. Com mais ou menos detalhes, com mais ou menos nuances, esta teoria de uma guerra islâmica promovida a partir de fora, aproveitando-se das dissensões e ressentimentos entre as comunidades Macondes, Mwanis, cristãs e as muçulmanas foi, até ao final de 2019, a principal explicação oferecida para compreender os ataques no norte da província. Esta teoria de uma agressão externa é a que ainda prevalece nos discursos governamentais nos dias de hoje. A soberania nacional e a reiteração do patriotismo das forças de defesa e segurança são os argumentos mais utilizados para fazer frente a esse inimigo, que de fora para dentro, pretende destruir a coesão e a paz da nação.

Olhar para fora e para dentro: à procura da paz duradoura

Contudo, desde o ano de 2020, o recrudescimento da violência, a maior sofisticação das armas utilizadas pelos combatentes insurgentes, a mudança das suas estratégias militares e dos alvos a atingir fizeram com que a atenção sobre o que se está a passar promovesse um pensamento mais complexo e mais crítico sobre as possíveis razões, conjunturais e estruturais, para a emergência desta guerra.

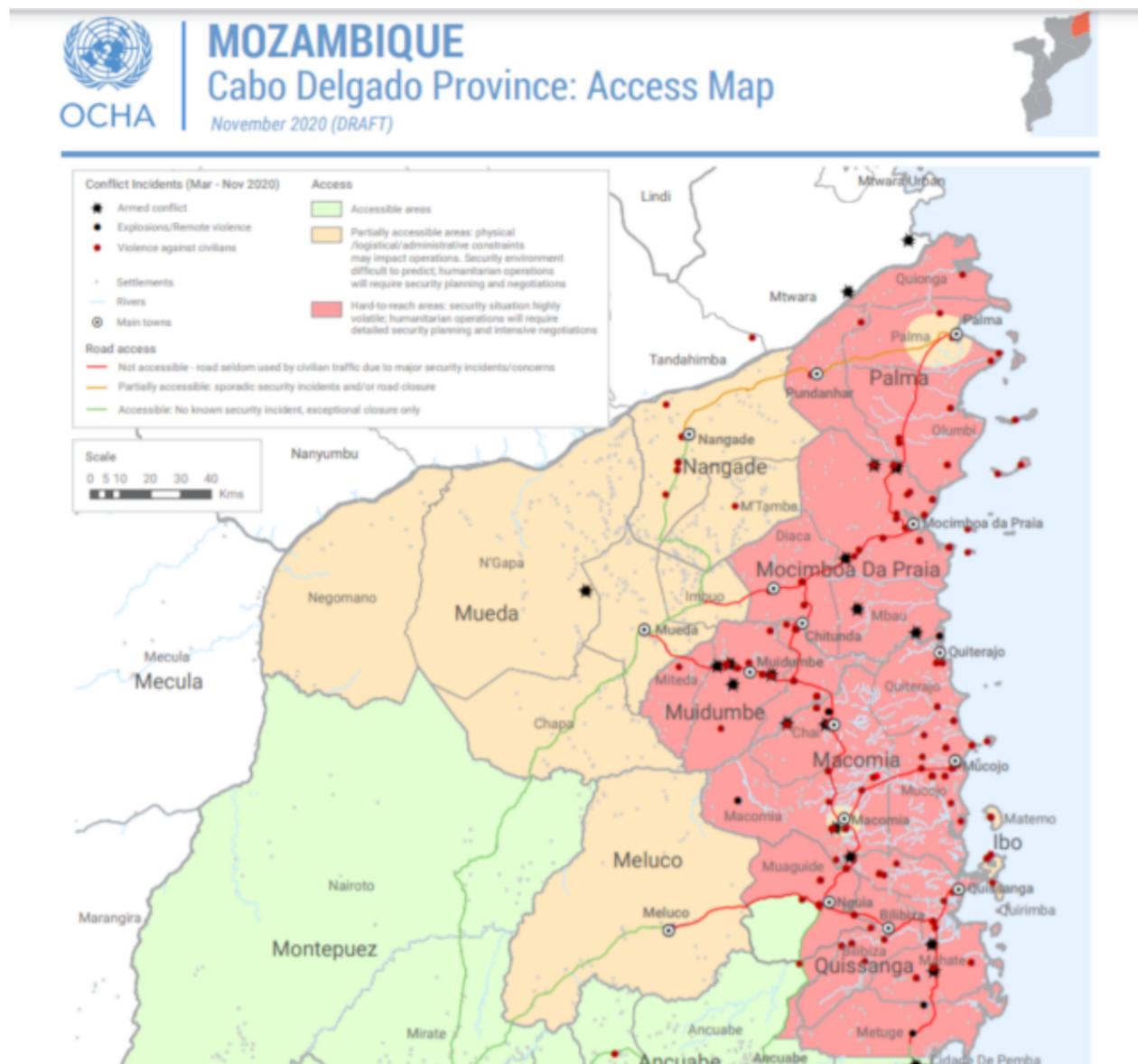
Os contributos de Liazzat Bonate e Yussuf Adam, ambos moçambicanos, historiadores e especialistas em questões islâmicas no contexto do norte de Moçambique, foram decisivos para fazer evoluir a

reflexão e desmistificar a ideia de que se trata de um conflito religioso ou étnico-religioso. Também Chapane Mutiua, moçambicano e especialista em questões identitárias, tem vindo a partilhar reflexões que procuram tornar mais complexas e mais fundamentadas as reflexões sobre a eclosão da violência armada em Cabo Delgado. Pode-se ter acesso às reflexões partilhadas por estxs colegas através das suas páginas do FB onde também são divulgadas as suas outras publicações de carácter mais académico e sistemático.

Além destes, com o projecto de investigação internacional 'Territórios em Conflito', liderado pelo Centro de Investigação para a Paz Gernika Gogoratz em estreita colaboração com o Centro de Pesquisa e Observatório Social da Universidade Católica de Pemba, desde 2018 que várixs investigadorxs e activistas têm estado a estudar e a reflectir sobre esta realidade apontando várias causas estruturais para o conflito que vão muito além de um problema religioso ou da infiltração do terrorismo islâmico no país. Entre estxs estão xs moçambicanxs Isabel Casimiro, Boaventura Monjane, Valério Ussene, Alberto Ernesto, Terezinha da Silva e Alda Salomão; os bascos, Jokin Alberdi e Eduardo Bidaurratzaga; os espanhóis Gonzalo Fernández y Manuel Barroso e xs portuguesxs, Vasco Coelho e Teresa Cunha. Podem-se ler as publicações, ver o documentário e a oferta educativa produzidxs no final dos 2 primeiros anos no [site do projecto](#).

Foram publicados vários relatórios e artigos nomeadamente por investigadores moçambicanos do Observatório do Mundo Rural como João Feijó e Jerry Manquezi e do [Instituto de Estudos Sociais e Económicos](#), como Sérgio Chichava, Salvador Forquilha, João Pereira entre outros. Outro investigador que tem estado muito atento e produz regularmente relatórios e comentários sobre este assunto, além de partilhar um [clipping](#) de notícias nacionais e internacionais, sobre este assunto é o britânico Joseph Hanlon especialista em assuntos políticos relacionados com Moçambique e a África austral. De todo este trabalho têm resultado análises muito mais complexas que, sem terem a pretensão de serem definitivas, procuram dar conta da economia política global, da conjuntura e ainda das narrativas e conhecimentos locais de quem está a sofrer e a experimentar todo o tipo de violência e sofrimento.

Não se sabe muita coisa ainda mas já se podem elencar um conjunto de questões que devem ser tidas em conta para uma compreensão crítica da violência armada que ocorre na baía de Afungi e que já atinge vários distritos do interior da província como mostra o seguinte mapa:



Sabemos que pelo menos 550 mil pessoas – mais de 22% da população da província – já foram obrigadas a fugir e a refugiar-se em outros pontos de Cabo Delgado, no Niassa e em Nampula. Estima-se que cerca de 2000 pessoas já morreram devido aos ataques mas não se tem qualquer ideia de quantas pessoas já faleceram devido à fome, má-nutrição, doenças físicas e emocionais provocadas pela guerra e a deslocação forçada. De uma forma muito breve e sem se analisar cada uma delas, as principais razões para a eclosão desta guerra que circulam em toda esta literatura são essencialmente as seguintes:

- Uma disputa pelos enormes recursos de gás da bacia de Afungi, e de madeiras e pedras preciosas abundantes no território. Esta disputa parece envolver os interesses das elites locais, de várias corporações transnacionais e da região da África austral;

- Os interesses das redes de transporte de drogas da ásia central e do sub-continento indiano cujas rotas atravessam tanto aquele espaço marítimo como terrestre querendo preservar a sua hegemonia neste negócio a nível local;
- A pobreza, a iliteracia e a discriminação social e política das populações nativas da província nomeadamente xs mais jovens que por acção de um Estado negligente e centralizado se sentem afastadxs de qualquer perspectiva de para melhorar as suas vidas;
- A história de antigos conflitos por protagonismo e liderança tanto no campo político quanto religioso;
- A apropriação por radicais islâmicos dos sentimentos de frustração e revolta sobretudo dxs mais jovens por falta de condições de vida no presente e no futuro;

Notas finais ou o desejo incomensurável da paz

Certamente muito ainda há para compreender mas o que é mais importante neste momento é agir para encontrar os caminhos da paz. Começando por apoiar os milhares de famílias deslocadas, separadas e despojadas de tudo, incluindo da sua dignidade; os milhares de famílias que as acolhem redobrando os seus esforços para manter alguma normalidade e oferecer condições de sobrevivência a parentes e amigxs. É urgente cuidar da saúde física, emocional e espiritual destas pessoas assim como agir para transformar as razões conjunturais e estruturais que estão por detrás de tanta violência. Isso requer um diálogo profundo entre os vários sectores da sociedade moçambicana sem desprezar o que cientistas, activistas, jornalistas, e as pessoas em geral já sabem. É necessário que uma solidariedade internacionalista e anti-colonial se mostre capaz de assumir o que tem que fazer sem nunca pretender substituir aquelxs que são os verdadeirxs donxs desta terra e destas riquezas e sabem o que querem para si e para o seu país.

Teresa Cunha é doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É investigadora sénior do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra onde ensina em vários Cursos de Doutoramento; co-coordena a publicação 'Oficina do CES', os ciclos do Gender Workshop. Coordena a Escola da Inverno 'Ecologias Feministas de Saberes' e o Programa de Investigação Epistemologias do Sul. É professora-adjunta da Escola Superior de Educação do Instituto Superior Politécnico de Coimbra e investigadora associada do CODESRIA e do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. Em 2017, foi agraciada com a Ordem de Timor-Leste pelo Presidente da República Democrática de Timor-Leste. Os seus interesses de investigação são feminismos e pós-colonialismos; outras economias e economias feministas mulheres; transição pós-bélica, paz e memórias; direitos humanos das mulheres no espaço do Índico. Tem publicados vários livros e artigos científicos em diversos países e línguas dos quais se destacam: Women InPower Women. Outras Economias criadas e lideradas por mulheres do sul não-imperial; Never Trust Sindarela. Feminismos, Pós-colonialismos, Moçambique e Timor- Leste; Ensaios pela Democracia. Justiça, dignidade e bem-viver; Elas no Sul e no Norte; Vozes das Mulheres de Timor; Timor-Leste: Crónica da Observação da Coragem; Feto Timor Nain Hitu - Sete Mulheres de Timor»; Andar Por Outros Caminhos e Raízes da Participação.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
e Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Vila e Sul
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
 Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
 Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.